



3º Encontro de Saneamento Básico

Recuperar o Tempo Perdido



PANORAMA NACIONAL PARA O SETOR DE SANEAMENTO

São Paulo, 08 de outubro de 2013

Missão e Visão



MISSÃO

Ser reconhecida, nacionalmente, como a principal entidade de referência, no setor de saneamento ambiental.

VISÃO

Ser propulsora de atividades técnico-científicas, político-institucionais e de gestão que contribuam para o desenvolvimento do saneamento ambiental, visando a melhoria da saúde, do meio ambiente e da qualidade de vida das pessoas.



Saneamento é um dos segmentos mais atrasados da infraestrutura...



Meio Ambiente - Prioridade



Base: Todos os participantes (1.201)

Obs.: Foi perguntado aos CEOs o quanto suas empresas planejam aumentar o comprometimento para alcançar aqueles resultados e qual deveria ser a prioridade do governo. O gráfico mostra a porcentagem de CEOs que escolheu cada uma dessas áreas. Foram permitidas múltiplas escolhas.

Fonte: 14ª Pesquisa Global Anual de CEOs da PwC

Déficits A & E – Mundo e Brasil

MUNDO

1 bilhão sem água segura

2,6 bilhões sem esgotamento adequado das águas usadas

1,4 milhão de crianças de até 5 anos morrem anualmente por falta de água segura e saneamento adequado

1 Bilhão de pessoas não atingirão MDG esgotos em 2015

BRASIL

38 milhões (18,9%) sem água canalizada(SNIS 2010)

108 milhões (53,8%) sem coleta de esgotos (SNIS 2010)

125 milhões (62,1%) sem Tratamento Esgotos (SNIS 2010)

13 milhões (7%) sem instalações sanitárias (OMS/UNICEF)

9,35% das internações hospitalares região N por falta saneamento (SUS)

1.277 mortes em 2009 por infecções gastrointestinais (TRATABRASIL)

Atendimento e déficit por componente do saneamento básico no Brasil, 2008

COMPONENTE	ATENDIMENTO ADEQUADO		DÉFICIT			
			Atendimento precário		Sem atendimento	
	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%
Abastecimento de água	118.616 ¹	62,4	62.699	33	8.638 ²	4,5
Esgotamento sanitário	88.930 ³	46,8	83.797	44,1	17.226	9,1
Manejo de resíduos sólidos	113166 [°]	59,6	51903 [°]	27,3	24.883	13,1

Fontes: Censo demográfico (IBGE, 2000), PNAD 2001 a 2008, Sisagua (MS, 2007), PNSB (IBGE, 2008).

¹ Corresponde à população atendida pelas soluções expostas na TB. 4.1, subtraída daquela que se estima residir em domicílios com pelo menos uma intermitência no mês ou recebendo água não potável.

² As bases de dados disponíveis não permitem avaliar, com precisão aceitável, a parcela da população não atendida por abastecimento de água potável. Para efeito de estimativa, assumiu-se que 50% da população atendida por poço ou nascente sem canalização interna e 50% da população que recebe água de outra procedência sem canalização interna enquadra-se-iam na categoria de "sem atendimento".

³ Embora, para efeito de conceituação do atendimento, as fossas sépticas tenham sido consideradas como solução adequada, para a estimativa de investimento, o número de fossas sépticas existentes não pode ser considerado integralmente aproveitável e parte da população futura atendida. Por um lado, há problemas de classificação indevida, denominando-se de fossas sépticas diferentes tipos de fossas precárias, devido a dificuldades inerentes aos levantamentos de campo. por outro, mesmo locais onde há atualmente fossas sépticas adequadas podem receber rede coletora no futuro, podendo conduzir a que essas fossas sejam desativadas ou efluente lançado nessa rede.

[°] Para o efeito da estimativa do atendimento, assumiu-se que , sendo os resíduos sólidos dispostos em aterro controlado, conforme PNSB (IBGE, 2008), o atendimento é adequado para municípios com população inferior a 20.000 habitantes e precário para municípios com população acima desse limite.

**26 empresas
estaduais
atendem a
75% da
população
brasileira;**

**Empresas e
autarquias
municipais;**

**Empresas
privadas;**

**Consórcios
e parcerias
diversas**

- Universalização do acesso;
- Equidade;
- Integralidade;
- Intersetorialidade;
- Sustentabilidade;
- Participação e controle social;
- Matriz tecnológica.

- Universalização;
- Implementação das Políticas;
- Plansab e seus 3 grandes programas;
- Gestão com claro incentivo a bons indicadores de performance;
 - ✓ pesquisa e tecnologia;
 - ✓ processos claramente definidos e atualizados;
 - ✓ capacitação de pessoas;
 - ✓ modelos de gestão (PNQS, MEG)

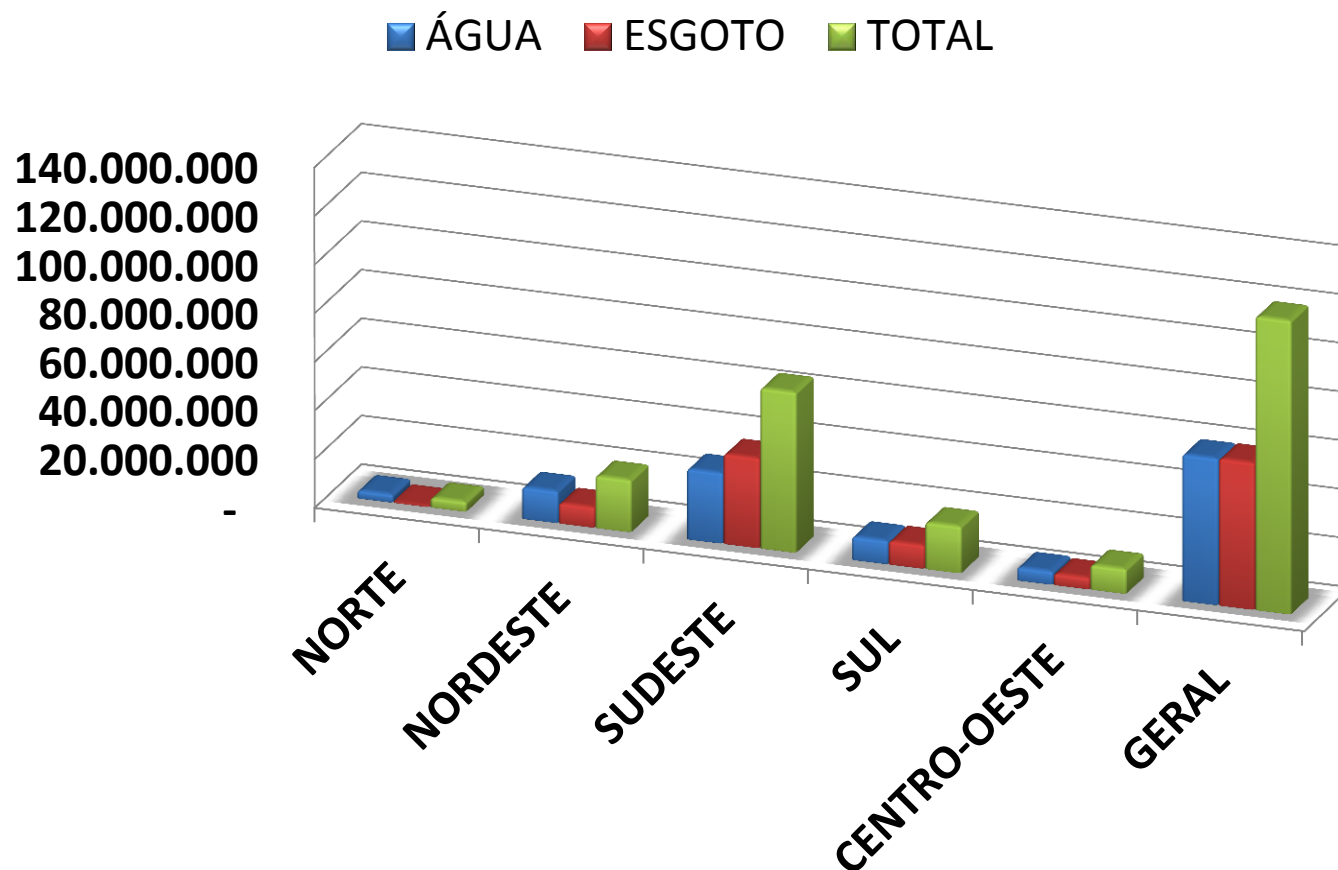
Passo a Passo para elaboração do Plano



Investimentos realizados nos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no período de 1995 a 2011, segundo estado e macrorregião (em mil reais)

REGIÃO	DESTINO DE APLICAÇÃO		ORIGEM DOS RECURSOS			TOTAL
	ÁGUA	ESGOTO	PRÓPRIO	ONEROSO	NÃO ONEROSO	
Norte	3.241.492	764.271	1.142.239	536.552	2.320.279	4.005.763
Nordeste	13.053.137	8.335.538	4.878.580	5.890.982	10.545.201	21.388.675
Sudeste	28.964.541	36.936.980	39.692.897	22.906.393	3.164.425	65.901.521
Sul	9.576.027	9.616.727	10.093.962	7.632.080	1.448.825	19.192.754
Centro-oeste	5.418.191	4.717.469	5.117.654	3.318.346	1.635.698	10.137.720
Geral	60.253.388	60.370.985	60.925.333	40.284.353	19.114.421	120.624.373

Investimentos realizados nos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no período de 1995 a 2011, segundo estado e macrorregião (em mil reais)



Fonte: SNIS

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV para dezembro de 2012

Necessidade de Investimentos

Versão atualizada PLANSAB

AÇÃO/ORIGEM		ESTRUTURAL					ESTRUTURANTE					TOTAL				
		Total	Agentes Federais		Outros agentes		Total	Agentes Federais		Outros agentes		Total	Agentes Federais		Outros agentes	
			R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%
2014-2033	Água	84.386	67.509	80	16.877	20	37.736	11.329	30	26.434	70	122.149	78.838	65	43.311	35
	Esgoto	156.666	133.166	85	23.500	15	25.226	5.802	23	19.424	77	181.893	138.968	76	42.924	24
	R.S.U	15.523	12.418	80	3.105	20	7.838	-	0	7.838	100	23.361	12.418	53	10.943	47
	Drenagem Urbana	27.188	21.750	80	5.438	20	41.517	12.455	30	29.062	70	68.705	34.205	50	34.500	50
	Gestão	0	0	0	0	0	112.345	33.703	30	78.641	70	112.345	33.703	30	78.641	70
	Total	283.763	234.844	83	48.919	17	224.689	63.290	28	161.400	72	508.452	298.133	59	210.319	41

(1) Os valores resultam das previsões de necessidade de investimentos baseadas no Cenário 1.

(2) Incluem-se os recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) e dos agentes financeiros e de fomento do Governo Federal dentre outros.

(3) Os valores dos PAC 1 e PAC 2, contratados ou em contratação, não foram deduzidos dos valores previstos, já que a estimativa de investimentos tem como ponto de partida o momento anterior à incidência de impactos significativos desses programas sobre os indicadores projetados.

- Universalização;
- Implementação da Política de Saneamento;
- Plansab e seus 3 grandes programas;
- Gestão com claro incentivo a bons indicadores de performance;
 - ✓ pesquisa e tecnologia;
 - ✓ processos claramente definidos e atualizados;
 - ✓ capacitação de pessoas;
 - ✓ modelos de gestão (PNQS, MEG)

- Universalização;
- Implementação da Política de Saneamento;
- Plansab e seus 3 grandes programas;
- Gestão com claro incentivo a bons indicadores de performance;
 - ✓ pesquisa e tecnologia;
 - ✓ processos claramente definidos e atualizados;
 - ✓ capacitação de pessoas;
 - ✓ modelos de gestão (PNQS, MEG)

- **Programa 1** – Saneamento Básico Integrado
investimento em ações estruturais;
- **Programa 2** – Saneamento Rural;
- **Programa 3** – Saneamento Estruturante.

PROGRAMAS ESTRUTURANTES

**AÇÕES ESTRUTURANTES
DE APOIO À GESTÃO**

**AÇÕES ESTRUTURANTES
DE APOIO À PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS**

**AÇÕES ESTRUTURANTES
DE CAPACITAÇÃO
E
ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**AÇÕES ESTRUTURANTES
DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO
E
TECNOLÓGICO**

- Universalização;
- Implementação das Políticas;
- Plansab e seus 3 grandes programas;
- Gestão com claro incentivo a bons indicadores de performance;
 - ✓ pesquisa e tecnologia;
 - ✓ processos claramente definidos e atualizados;
 - ✓ capacitação de pessoas;
 - ✓ modelos de gestão (PNQS, MEG)

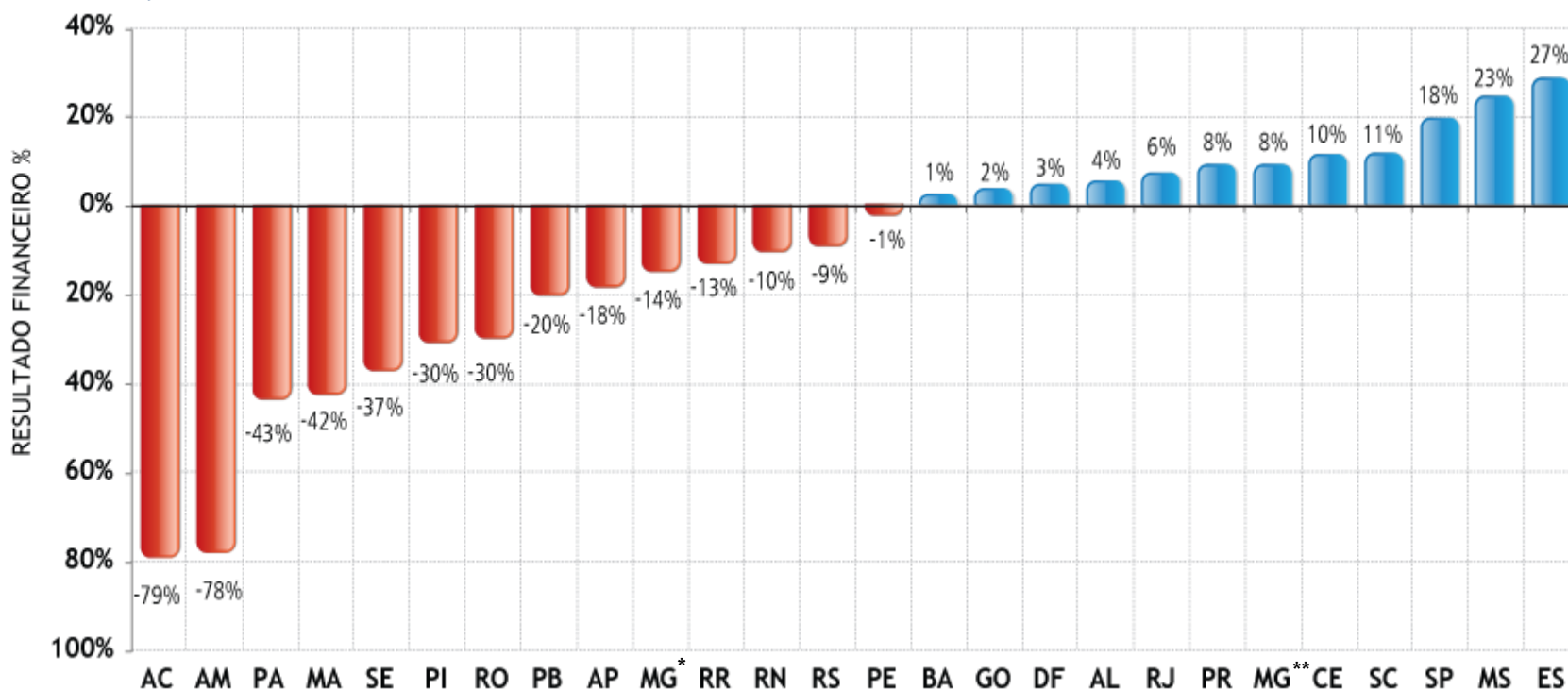
SITUAÇÃO DAS CESBS

14 das **26 CESBs** apresentaram **déficit financeiro** em 2010.

Déficit total: **R\$ 1 bilhão/ano.**

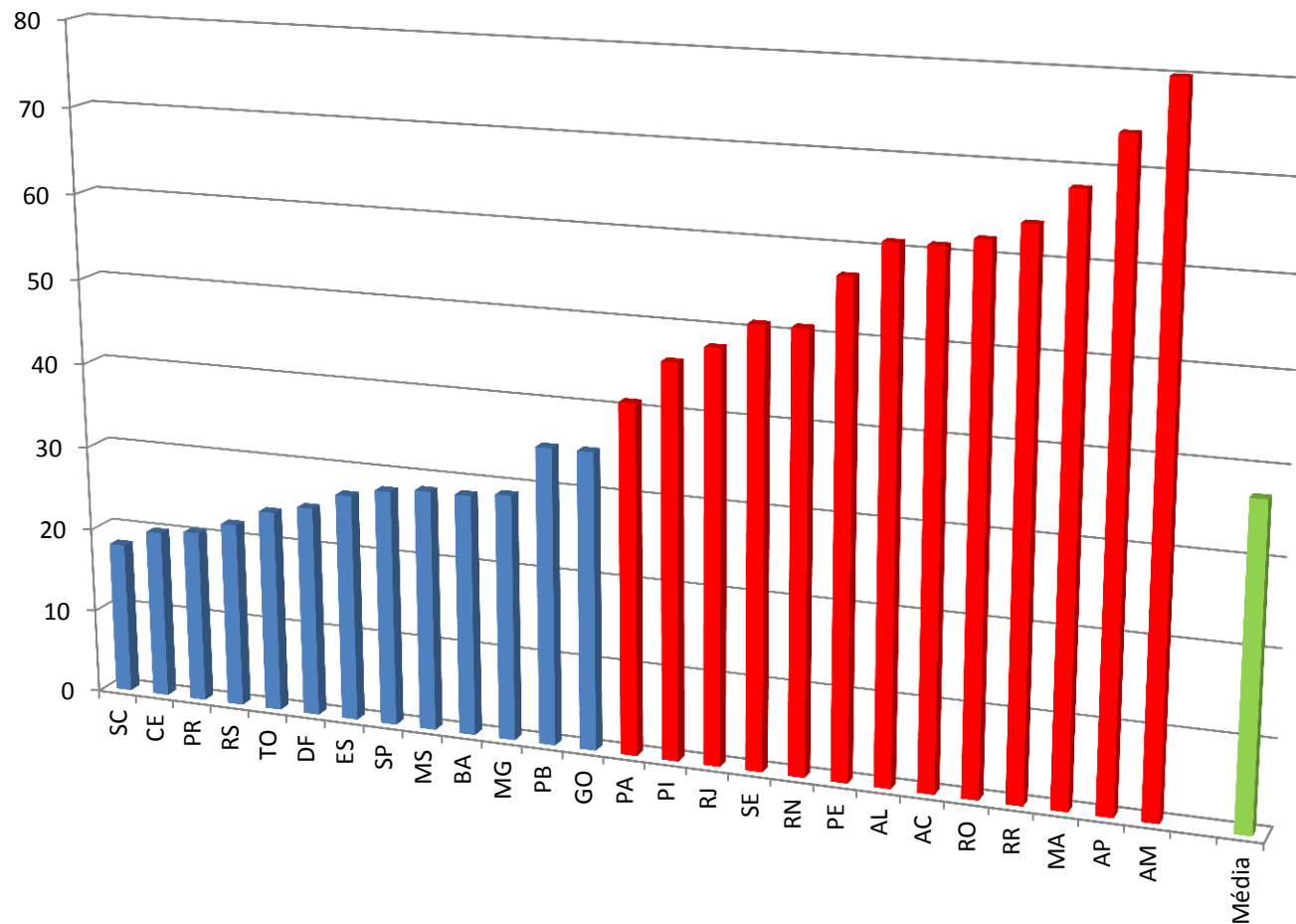
Resultado financeiro das CESBs em 2010

Relação percentual entre receita operacional total e despesa total

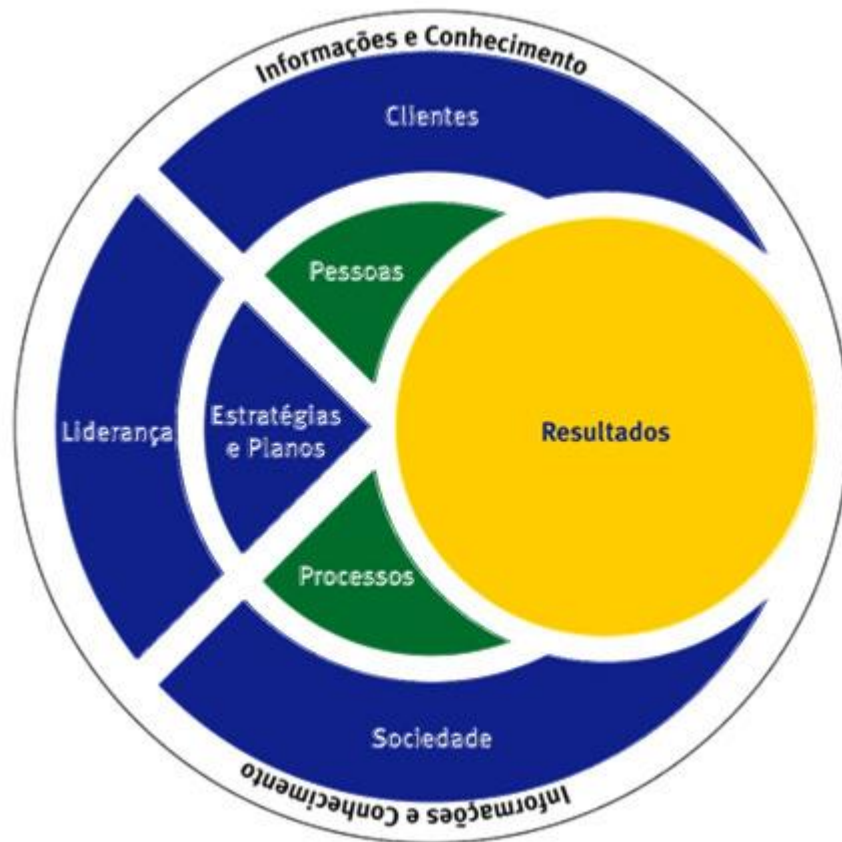


SITUAÇÃO DAS CESBS

Perdas de Faturamento (%)



Modelo “Brasileiro” de Excelência da Gestão



1. Pensamento sistêmico
2. Aprendizado organizacional
3. Cultura de Inovação
4. Liderança e constância de propósitos
5. Orientação por processos e informações
6. Visão de futuro
7. Geração de Valor
8. Valorização de pessoas
9. Conhecimento sobre o cliente e o mercado
10. Desenvolvimento de parcerias
11. Responsabilidade social

- Políticas Públicas:
 - ✓ é necessário trabalhar a intersectorialidade;
- incentivar a participação e o controle social.
- Regulação: equilíbrio de ações;
- Definição clara das fontes de recursos para encarar os desafios do saneamento ambiental;
- Desoneração fiscal do Setor Saneamento;
- Participação da iniciativa privada;
- Entendimento das mudanças climáticas e seus efeitos.

Integração de Políticas Setoriais

Abordagem Tradicional: Gestão Dissociada

PLAN "A"



Água, coleta e tratamento de esgotos



PLAN "B"



Disposição de Resíduos Sólidos



PLAN "C"



Drenagem Urbana

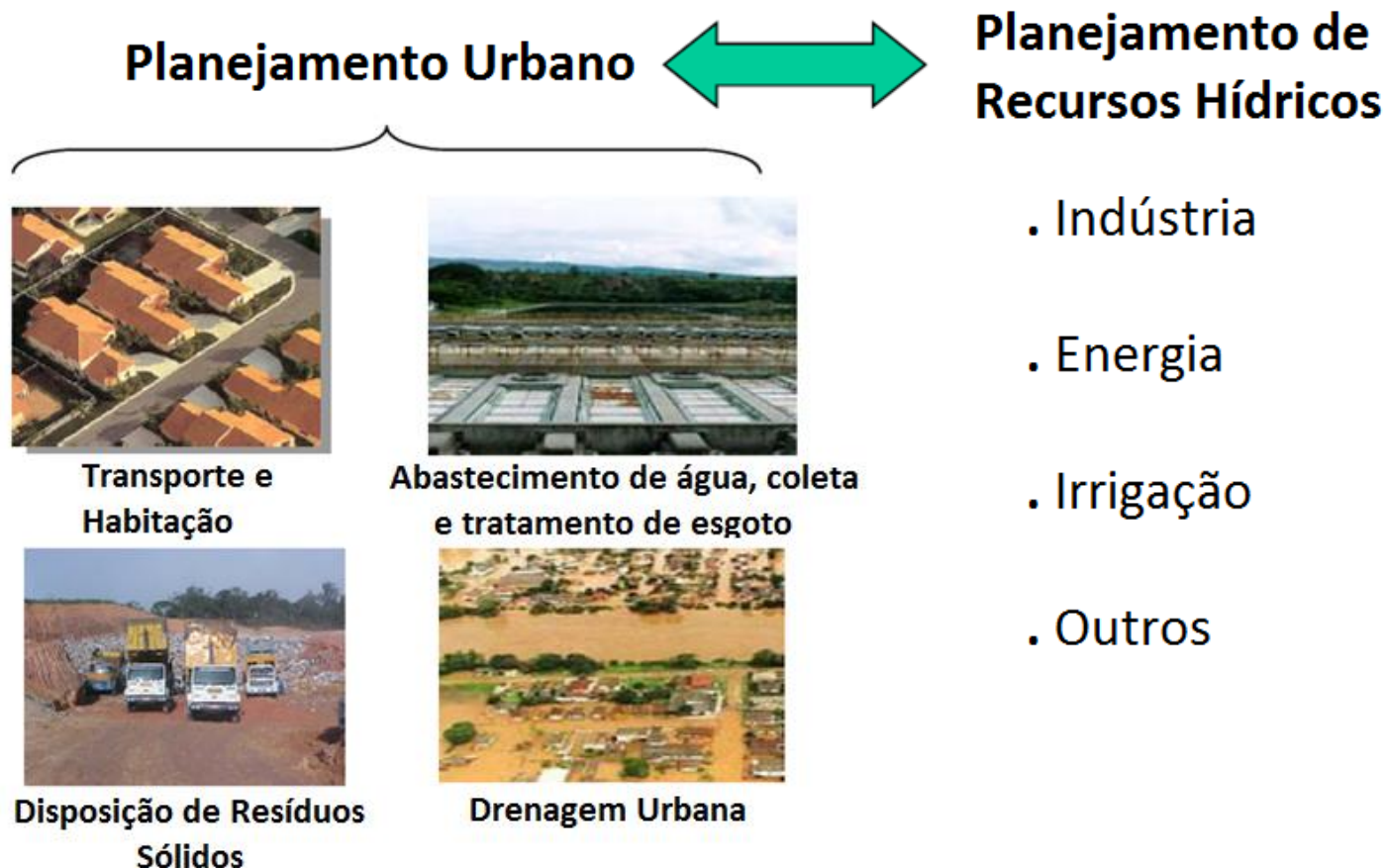
Planejamento
Saneamento



Planejamento
Recursos Hídricos

Integração de Políticas Setoriais

Nova Abordagem: Gestão Integrada



- Políticas Públicas:
 - ✓ é necessário trabalhar a intersectorialidade;
- incentivar a participação e o controle social;
- Regulação: equilíbrio de ações;
- Definição clara das fontes de recursos para encarar os desafios do saneamento ambiental;
- Desoneração fiscal do Setor Saneamento;
- Participação da iniciativa privada;
- Entendimento das mudanças climáticas e seus efeitos.

- Políticas Públicas:
 - ✓ é necessário trabalhar a intersectorialidade;
- Incentivar a participação e o controle social;
- Regulação: equilíbrio de ações;
- Definição clara das fontes de recursos para encarar os desafios do saneamento ambiental;
- Desoneração fiscal do Setor Saneamento;
- Participação da iniciativa privada;
- Entendimento das mudanças climáticas e seus efeitos.

Os 3 grandes eixos da Regulação

- Regulação:
 - ✓ Contabilidade Regulatória – Gestão de Ativos;
 - ✓ Revisão Tarifária;
 - ✓ Prestação de Serviços.
- Como viabilizar as Agências no país???

- Políticas Públicas:
 - ✓ é necessário trabalhar a intersectorialidade;
- Incentivar a participação e o controle social.
- Regulação: equilíbrio de ações;
- Definição clara das fontes de recursos para encarar os desafios do saneamento ambiental;
- Desoneração fiscal do Setor Saneamento;
- Participação da iniciativa privada;
- Entendimento das mudanças climáticas e seus efeitos.

Encargos fiscais e trabalhistas: Autarquias *versus* empresas estatais ou privadas

Tributo/Contribuição	Base Incidência	Autarquia	Empresa
PIS/Pasep	Faturamento/Receita ¹	1,00%	1,65% ⁴
Cofins	Faturamento	-	7,60% ⁵
CSLL - Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	Lucro fiscal	-	9,00%
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Lucro fiscal	-2	15-25%
INSS ou Previdência Municipal (empregador)	Folha pagto.	10 - 20% ³	20,00%
Outras entidades INSS/seguro acidentes	Folha pagto.	2,50%	5,00%
Salário Educação	Folha pagto.	-	2,50%
FGTS	Folha pagto.	8,00% se CLT	8,00%
Estimativa de incidência sobre Receita / Faturamento⁶			
PIS/Pasep		1,00%	1,10%
Cofins		-	5,10%
CSLL - Contribuição Social Sobre Lucro Líquido		-	2,30%
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica		-	6,25%
INSS ou Previdência Municipal (empregador)		8,00%	8,00%
Outras entidades INSS/seguro acidentes - idem		(CLT 1,00%)	2,00%
Salário Educação - idem		(CLT 1,00%)	1,00%
FGTS – idem		(CLT 3,20%)	3,20%
Totais em relação ao faturamento - Regime Estatutário		9,00%	
Totais em relação ao faturamento - Regime CLT		14,20%	28,95%

Notas:

(1) Algumas Adm. Públicas têm obtido reconhecimento da não incidência do Pasep. No caso de Administração Pública é de 1% sobre Receitas Correntes + Transferência de Capital recebidas.

(2) O IR retido na fonte de empregados e prestadores de serviços pode ser apropriado como antecipação de receita do Município/Autarquia (FPM).

(3) Depende do sistema previdenciário adotado pelo Município (considerado o máximo igual ao da CLT).

(4) Alíquota passou a ser de até 1,65% sobre faturamento - Lei nº 10.637/2002 (deduções possíveis de ≈ 0,5%);

(5) Alíquota passou a ser de até 7,60% sobre faturamento - Lei nº 10.637/2002 (deduções possíveis de ≈ 2,5%);

(6) Considerando faturamento bruto igual para autarquia e empresa, com lucro/superávit de 25,0%.

Informações financeiras das empresas de saneamento básico – 2003 a 2007

Empresas de Saneamento públicas, estatais e privadas¹

Informações Financeiras - Período 2003 a 2007

ITENS	Área de Atuação das Empresas ²				Total SNIS ⁵
	Regionais	Locais	Microrregionais	Total	
Receita Operacional Total	81.024.179.066	5.945.058.994	293.587.007	87.262.825.067	100.411.108.834
Arrecadação Total (AT)	72.358.826.377	5.433.031.173	275.715.246	78.067.572.796	90.837.003.902
Inadimplência média ³	10,7%	8,60%	6,10%	25,40%	9,50%
Despesa Total (DST)	77.969.880.699	5.690.959.258	386.158.368	84.046.998.325	94.895.786.645
Despesas de Exploração (DEX)	52.402.341.373	3.876.434.272	222.967.517	56.501.743.162	66.691.317.068
Despesas com pessoal próprio	21.091.556.575	1.286.597.852	58.453.076	22.436.607.503	26.452.825.874
Amortização e depreciações	13.459.363.670	760.257.806	47.239.725	14.266.861.201	14.380.084.283
Despesas com juros e encargos de dívida	5.848.885.049	411.348.178	79.735.173	6.339.968.400	6.446.550.051
Amortização de dívidas (principal)	8.091.749.758	511.515.395	79.169.751	8.682.434.904	8.884.363.350
Serviço da dívida - Total	13.940.634.807	922.863.573	158.904.925	15.022.403.305	15.330.913.401
Despesas Tributárias	9.081.725.816	679.166.181	40.416.018	9.801.308.015	9.947.704.550
Investimentos Totais	15.026.952.325	1.181.449.345	237.458.574	16.445.860.244	18.451.211.604
Recursos Onerosos (FGTS, FAT e Outros)	3.929.582.140	521.075.782	147.958.249	4.598.616.171	4.822.232.306
Recursos não Onerosos	2.307.456.379	4.686.768	5.477.731	2.317.620.878	2.493.546.281
Recursos próprios ⁴	8.789.913.806	655.686.795	84.022.594	9.529.623.195	11.135.433.017
Juros/dividendos sobre capital próprio	2.567.558.100	77.430.000	-	2.644.988.100	2.644.988.100

Fontes: Mcidades/SNSA/PMSS - SNIS 2003 a 2007

Notas

¹ Empresas prestadoras de serviços de água e esgotos, com informações no SNIS de 2003 a 2007, tributadas pela Cofins, CSLL e IRPJ.

² Área de atuação das Empresas: Regionais=Estaduais, Locais=Municipais, Microrregionais= + de um município.

³ A maioria das autarquias (SAAEs) informam receitas=arrecadação e não o faturado no exercício.

⁴ geração de caixa de operação mais integralização/adiantamento de capital dos acionistas.

⁵ Todos os prestadores com informações no SNIS no período, inclui todas as autarquias municipais e regionais.

“Resumo da ópera”

As contribuições sociais vêm sendo utilizadas pelo Governo Federal como um instrumento de ampliação de arrecadação, em um contexto de despesas crescentes e sucessivas crises fiscais, que levaram os gestores da política fiscal a optar por maximizar a arrecadação em detrimento da qualidade do sistema tributário. Mas isso vale ainda hoje?

Em 2007, a versão do Marco Legal do Saneamento aprovada pelo Congresso Nacional previa⁶ que os investimentos feitos em ativos permanentes imobilizados de serviços públicos de saneamento básico gerassem um crédito para pagamento do PIS/PASEP-COFINS.

Esse artigo foi vetado pelo Governo Federal sob a seguinte justificativa: *"a desoneração de tributos significaria dificuldades para a manutenção das despesas sociais em níveis satisfatórios, reduziria a capacidade de o Estado investir e geraria riscos adicionais para o cumprimento das metas fiscais compatíveis com a redução da dívida pública."*



Por que não se deveria aumentar a tributação do fornecimento de água

Água é bem essencial, questão de equidade, justiça social.

“Uma das importantes externalidades positivas do saneamento ocorre na saúde pública. Estima-se que cerca de 60% das internações da população infantil no Brasil têm como causas doenças de veiculação hídrica. (...) O investimento em Salvador que elevou a cobertura de esgotos de 26% para 80% dos domicílios teve efeitos expressivos em termos epidemiológicos em crianças com menos de três anos de idade: a prevalência de diarreia nessa faixa etária caiu 21%, de 9,2 para 7,3 dias por ano”.

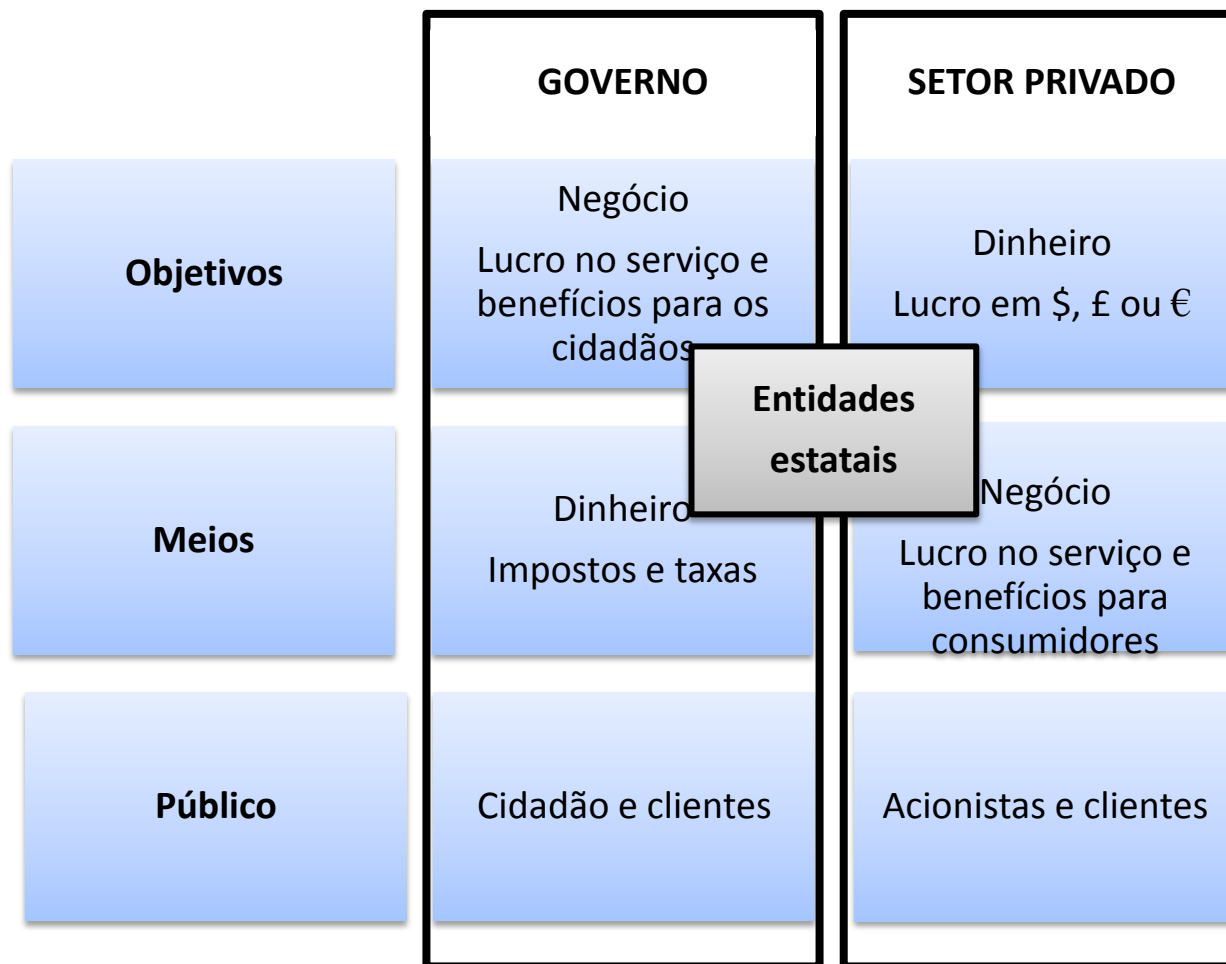


EQUIDADE HORIZONTAL: os que ajudam mais (ou prejudicam menos) a sociedade devem pagar menos, e vice-versa]. Se se tem de fazer a escolha entre tributar A e B para atingir uma certa arrecadação, e A (água) é mais essencial que B, é inadmissível tributar A proporcionalmente mais que B. Na pior hipótese, ambos deveriam ser tributados na mesma proporção.

EQUIDADE VERTICAL: sistema equânime verticalmente se cobrar mais dos contribuintes que possam pagar mais – redistribuição de renda)

- Políticas Públicas:
 - ✓ é necessário trabalhar a intersectorialidade;
- Incentivar a participação e o controle social.
- Regulação: equilíbrio de ações;
- Definição clara das fontes de recursos para encarar os desafios do saneamento ambiental;
- Desoneração fiscal do Setor Saneamento;
- Participação da iniciativa privada;
- Entendimento das mudanças climáticas e seus efeitos.

Lógica de Negócios nos Setores Público e Privado



- Políticas Públicas:
 - ✓ é necessário trabalhar a intersectorialidade;
- Incentivar a participação e o controle social.
- Regulação: equilíbrio de ações;
- Definição clara das fontes de recursos para encarar os desafios do saneamento ambiental;
- Desoneração fiscal do Setor Saneamento;
- Participação da iniciativa privada;
- Entendimento das mudanças climáticas e seus efeitos.



**AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS TÊM O
POTENCIAL DE TRAZER CICLOS
DESTRUTIVOS MAIS DEVASTADORES DO
QUE AQUELES OCORRIDOS ATÉ AQUI.**

INUNDAÇÕES

O semi árido, em outubro de 2012, teve o mês mais seco dos últimos 83 anos.



Estado de São Paulo – 15 de março de 2013

- Formas de Contratação;
- Formação de Quadros;
- Titularidade nas Regiões Metropolitanas
- etc etc



OBRIGADO

Dante Ragazzi Pauli

drpauli@sabesp.com.br

Presidente da ABES-DN

Tel.: (21) 2277-3900

www.abes-dn.org.br

abes@abes-dn.org.br